

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Mulheres indígenas nas redes sociais: Empoderamento e desafios no projeto Elas na Web

Fernando Antonio de Melo Pereira Lhamas

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9172>

Submetido em: 2024-06-17

Postado em: 2024-06-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Mulheres indígenas nas redes sociais: Empoderamento e desafios no projeto Elas na Web

Fernando Antonio de Melo Pereira Lhamas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8015-6192>

Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia

Resumo: O estudo teve como objetivo analisar as ações do projeto ‘Elas na Web’ sobre empoderamento de mulheres e combate a violência através da inserção nas redes sociais. Foram 40 mulheres participantes de quatro municípios do Centro-Oeste brasileiro. Os dados foram obtidos a partir da transcrição de videoaulas e rodas de conversa e foram analisados numa abordagem de texto como dado, incluindo a modelagem de tópicos. Ao todo, 4 tópicos emergiram: Abordagem de dificuldades e possíveis soluções, comunicação e inclusão digital, prevenção e apoio contra a violência e empoderamento feminino e inclusão social. Os resultados permitiram evidenciar os benefícios da inclusão digital e do ciberativismo para o empoderamento de mulheres indígenas, destacando a importância da participação ativa das beneficiárias na concepção de políticas públicas. A estratégia metodológica pautada na análise textual, proporcionou uma compreensão aprofundada dos efeitos de intervenções sociais nos contextos marginalizados, oferecendo descobertas valiosas para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para essas comunidades.

Palavras-chave: Empoderamento, Redes Sociais, Modelagem de Tópicos.

Indigenous Women on social media: Empowerment and challenges in the Elas na Web project

Abstract: The study aimed to analyze the actions of the 'Elas na Web' project on women's empowerment and combating violence through insertion in social networks. The participants were 40 women from four municipalities in the Brazilian Midwest. The data was obtained from transcribing video classes and conversation circles and analyzed using a text-as-data approach, including topic modeling. A total of four topics emerged: Addressing difficulties and possible solutions, communication and digital inclusion, prevention and support against violence, and female empowerment and social inclusion. The results showed the benefits of digital inclusion and cyber-activism for the empowerment of Indigenous women, highlighting the importance of the active participation of beneficiaries in the design of public policies. The methodological strategy based on textual analysis provided an in-depth understanding of the effects of social interventions in marginalized contexts, offering valuable insights for improving public policies aimed at these communities.

Keywords: Empowerment, Social Networks, Topic Modeling.

1. Elementos introdutórios

Em meio a transformações sociais, avanço do acesso a tecnologia no interior e a disseminação de políticas voltadas a valorização de cultura e combate a violência, o projeto “Elas na Web”, se insere neste contexto, buscando a capacitação e valorização de mulheres indígenas, sob o aspecto da inserção de mulheres indígenas no ambiente digital, especificamente nas redes sociais, e seus desdobramentos enquanto pautas e agenda de luta por direitos, equidade e justiça social. O projeto faz uso de videoaulas e rodas de conversa com protagonismo de mulheres indígenas. As rodas de conversa têm temas centrais ligados as aulas, mas permite que assuntos ligados a defesa dos direitos das mulheres indígenas possam emergir, sendo então registrado em um ambiente acolhedor.

A violência é um tema que permeia a inserção de mulheres de diversas interseccionalidades em espaços de fala e poder, sejam espaços físicos ou digitais. No Séc. XXI, a violência continua sendo um problema social frequente e afeta mais as mulheres. Por isto, tem-se fomentado socialmente a disseminação do respeito, independência, inserção e manutenção da mulher no mercado de trabalho, redes de proteção à mulher, entre outras ações promovidas através de políticas públicas. Os grandes desafios que envolvem todas as mulheres envolvem tornar a mulher protagonista da sua história, romper a barreira do silêncio, empoderamento e a formação de redes de enfrentamento e cuidado da mulher (Santo, & Santos, 2020).

Inúmeros estudos reportam violências sofridas pelas mulheres, em especial mulheres com mais traços de vulnerabilidade, sendo suscetíveis a vários tipos de violência, em especial agressões físicas e psicológicas (Balogun & John-Akinola, 2015). As políticas públicas para resolução desse importante problema social são ainda insuficientes. (Carvalho & Bertolin, 2016). Assim, a violência contra a mulher se mostra como um problema multifacetado, complexo em suas diferentes facetas, que encontra soluções diferentes para contextos diferentes e que necessitam de compreensão quanto a suas origens, seja da organização social patriarcal, das estruturas econômicas e de poder. Os estudos de gênero se debruçam sobre essas questões e trazem um arcabouço teórico consolidado, que permite abordar o tema em seus aspectos específicos (Cavalcanti & Oliveira, 2019).

As particularidades de grupos representativos de mulheres denotam a necessidade de avaliação de cada interseccionalidade. No estudo de Scott *et al.* (2016), ao avaliar redes de proteção de mulheres, evidenciou posturas contraditórias nas atividades de ajuda e suporte. Essa porosidade ficou latente entre mulheres do campo e da floresta. Essa característica que aumentam a vulnerabilidade reduzem as possibilidades de garantia dos direitos humanos das mulheres (Scott *et al.*, 2016).

Belarmino, Silva, Santos e Dimenstein (2020) concluem que a violência contra as mulheres é uma das facetas da violência de gênero. Belarmino *et al.* (2020) também salientam que se trata de um problema social e de saúde pública, onerando o sistema de saúde. Couto *et al.* (2018) relata a baixa ressonância das políticas voltadas para mulheres, ainda que tenham aumentado em número. A dificuldade de institucionalização dessas políticas precisa de práticas intersetoriais e parcerias sólidas.

É neste contexto que se insere inquietações sobre o movimento nacional de mulheres, em suas realidades e contextos plurais, especificamente sobre as mulheres indígenas, imersas em enfrentamentos étnico-raciais, de violência de gênero e de macropolítica territorial. Entender como essas mulheres têm se mobilizado, em que espaços denunciam e reivindicam direitos, o que tem sido gerado coletivamente e, principalmente, quem escuta e consegue conhecer a realidade de mulheres indígenas (Dutra & Mayorga, 2019).

Cavalcanti e Oliveira (2019) defendem uma política social que vise superar o caráter descontínuo que tem caracterizado as políticas públicas no Brasil. É preciso ainda uma política que envolva diversas esferas do poder público em conjunto com representações da sociedade civil. Ainda que as políticas voltadas para valorização dos povos indígenas tenham se fortalecido, há uma lacuna significativa sobre projetos específicos em ambientes digitais, de ciberativismo e que sejam voltados para pautas femininas, sob a perspectiva de mulheres indígenas.

A consciência do domínio digital das mulheres indígenas se mostra ainda mais prioritária em regiões rurais e com acesso precário. Torna-se claro a necessidade de espaços de discussão, troca de experiências, aumento de visibilidade, reconhecimento de direitos e espaços para transitar além do seio familiar. Costa e Lopes (2012) identificam iniciativas de valorização do trabalho feminino dentro e fora de casa e salientam rupturas com a materialidade das desigualdades de gênero. Experiências exitosas de mulheres em espaços digitais foram

reportados por Fonseca e Cardoso (2018). Os autores enfatizam que as mulheres têm elegido ambientes virtuais, principalmente as redes sociais enquanto instrumentos de defesa e de busca por direitos.

Dessa forma, selecionamos três questões de pesquisa que permitem contribuir com as lacunas apresentadas, a partir das ações desenvolvidas no projeto ‘Elas na Web’:

- QP1: Como os temas abordados nas ações do projeto Elas na Web se alinham com as políticas públicas voltadas para mulheres indígenas?
- QP2: Qual a percepção de sentimentos associados aos temas abordados pelas mulheres indígenas nas rodas de conversa no âmbito do projeto Elas na Web?
- QP3: Quais assuntos emergiram nas aulas e rodas de conversa no âmbito do projeto Elas na Web?

Foi adotado como premissa que os temas abordados deveriam permitir que assuntos pudessem emergir nas rodas de conversa, impulsionados pelos temas abordados nas aulas. É esperado que os dados tragam diretrizes e apontamentos que auxiliem desenhos de políticas públicas alinhadas as demandas das mulheres participantes. Diante de uma realidade tão presente na história da sociedade brasileira, mas ao mesmo tempo desconhecida e abordada de forma estereotipada, são necessários cuidados epistemológicos, metodológicos e éticos permanentes. Perguntar sobre a realidade indígena exige cuidado na compreensão quanto às reproduções etnocêntricas e lógicas coloniais, podendo gerar vieses no processo de pesquisa (Dutra & Mayorga, 2019).

O projeto “Elas na Web” permitiu gerar dados utilizados para investigar as questões de pesquisa. Os dados obtidos vieram de transcrições das aulas e das rodas de conversa. O público-alvo do projeto teve foco em mulheres que enfrentam múltiplas formas de marginalização e estigmatização. A inserção dessas mulheres nas redes sociais foi fomentada no projeto a partir de ferramentas de comunicação em prol da emancipação e independência financeira das mulheres participantes.

2. Referencial teórico

O histórico de políticas públicas voltado para mulheres, com programas e ações específicos para indígenas, tem seu auge a partir do início do Séc. XXI. O grande marco aconteceu na implementação da Lei Maria da Penha em 2006, durante a segunda gestão presidencial de Lula. Antes desta lei, havia programas voltados para saúde e a criação de secretarias especiais voltado para mulheres, que incluía a promoção de direitos das mulheres indígenas. No entanto, só após a Lei Maria da Penha é que foi criada uma rede de enfrentamento à violência e seu respectivo Plano Nacional (Carvalho & Bertolin, 2016). Na primeira metade da década de 2010 ainda havia desafios relacionados a distâncias geográficas, favorecendo a invisibilidade das mulheres que residem longe de centros urbanos (Costa & Lopes, 2012).

Nas gestões presidenciais de Dilma Rousseff, ações e programas específicos foram lançados para aumentar a capilaridades das políticas das mulheres em suas interseccionalidades. Na segunda metade da década de 2010, comitês consultivos foram fortalecidos para orientar políticas públicas. No entanto, coma gestão presidencial de Jair Bolsonaro em 2019 e a chegada da pandemia de Covid-19 em 2020, houve redução drástica de verbas para programas sociais e enfraquecimento de órgãos de vigilância de terras indígenas, gerando impacto direto na vida de mulheres dessas comunidades. Em 2023, durante a terceira gestão presidencial de Lula, houve uma reafirmação de compromissos sociais para garantia de direitos das mulheres e ações específicas para mulheres indígenas. É neste contexto em que o projeto ‘Elas na Web’ se insere, neste período de resgate de políticas sociais, a partir de um contexto social pós-pandemia e com

maior avanço tecnológico, além de questões políticas e econômicas que diferem dos períodos anteriores, quando as políticas foram construídas.

2.1 Por que mulheres indígenas nas redes sociais?

No Brasil, os avanços na luta da violência contra a mulher têm sido notórios, principalmente com a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006). Acompanham o Brasil em números de homicídios, pelo menos 83 países, a partir de dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU (Carvalho & Bertolin, 2016). Ainda que a Lei Maria da Penha tenha sido concebida como instrumento hábil para aplicadores do direito, há conceitos que precisam ser praticados, como a compreensão da vítima, do agressor e a retratação da vítima.

Há uma relação entre o fenômeno complexo da violência e a presença digital das mulheres. Couto et al. (2018) elabora um paralelo com base no pensamento de Edgar Morin sobre o elemento indelével da complexidade, cujos aspectos são inseparáveis e constitutivos do todo, que interagem e retroagem. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Através das redes sociais, as mulheres indígenas têm a oportunidade de combater a violência de gênero, de difundir informações vitais sobre direitos e suporte comunitário, de abordar problemas associados a violência, como as drogas, além de auxiliar no cuidado de casos singulares. Belarmino *et al.* (2020) revela em sua pesquisa sobre serviços de acolhimento, as trajetórias ímpares das mulheres que lá chegavam, o que impunha demandas de diversas ordens. O acolhimento que preserva este caráter autêntico, ajuda a desconstruir preconceitos e estereótipos associados aos povos indígenas.

A inclusão digital, o ciberativismo e a conectividade das mulheres nas redes sociais também contribuem para desenvolvimento de autonomia e capacidade de liderança dentro de suas comunidades. A promoção da autonomia econômica é outro aspecto importante, sendo um caminho para que mulheres saiam de situações de violência, através de educação financeira e qualificação profissional, para posterior inserção no mercado de trabalho (Carvalho & Bertolin, 2016). As mulheres indígenas, particularmente, fazem trabalhos artesanais que valorizam a cultura e a tradição de seu respectivo povo e tem alto potencial de fonte de renda para as comunidades.

Sob uma perspectiva de políticas públicas, a descentralização de recursos para Organizações da Sociedade Civil - OSCs trazem impactos imediatos. No entanto, os efeitos a médio e longo prazo, especialmente em contextos complexos, como o das comunidades indígenas, podem demandar mais tempo para se manifestarem plenamente. Para que estes efeitos estratégicos sejam percebidos, deve-se ter como referência o protagonismo dos atores envolvidos (Grossi et al., 2012). O uso das redes sociais pelas mulheres indígenas tem esse potencial transformador, de mostrar essas mulheres como força sociopolítica, que abraça um modelo de sociedade e de cultura, em discursos e práticas, que cria redes articuladas e que tem um papel na sociedade conhecido por outras camadas da sociedade.

2.2 Faces da violência para mulheres indígenas no Brasil

De acordo com a legislação brasileira direcionada a defesa das mulheres, a Lei Maria da Penha em seu art. 7º expressa os tipos de violência: Violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Essa compreensão dos tipos de violência permite planejar ações de identificação, enfrentamento e cuidado (Fonseca & Cardoso, 2018). Uma expressão comumente utilizada para tipificar casos na Lei Maria da Penha é a chamada Violência Baseada em Gênero – VBG (Tsapalas et al., 2021). Esse conceito reflete a inequidade da dinâmica de poder perpetrada às mulheres em um sistema binário de poder do homem sobre a mulher.

Esse conjunto de violências são mapeados na literatura a partir de comportamentos das mulheres, suas causas e consequências. No estudo de Balogun e John-Akinola (2015) com mulheres de áreas urbanas e rurais da Nigéria, normas sociais e atitudes das mulheres

permitiram compreender a dinâmica da violência relatada em grupos focais. Um aspecto relatado neste estudo foi o serviço deficitário das redes de proteção as mulheres, com agravo para as mulheres em situações mais vulneráveis. Achados semelhantes são comuns no Brasil, como no estudo de Belarmino *et al.* (2020), que constatou em serviços de saúde a mulher, falhas na rede de proteção, desarticulação dos serviços e pouca fluidez no fluxo assistencial. Na avaliação da atuação profissional, Belarmino (2020) ainda evidenciou estereótipos de gênero, práticas prescritivas e posturas moralistas.

Os elementos de cuidado em áreas rurais fomenta além do acolhimento, vínculo e diálogo, também ações coletivas, por meio de atividades em grupo, sendo reconhecidas como atividades empoderadoras (Costa & Lopes, 2012). As características singulares das áreas rurais intensificam as dimensões de gênero e impõe condições de maior fragilidade social às mulheres.

Somado as vulnerabilidades de acesso geográfico, ainda há fragilidade entre raça/etnia para mulheres indígenas. Dutra e Mayorga (2019), ao colherem relatos de lideranças indígenas femininas, indicam tensionamentos múltiplos que envolvem os campos políticos, a disputa por direitos e visibilidade, além de questões teóricas fundadas na antropologia e nos estudos feministas. As autoras salientam que o processo de racialização que sofreram os povos indígenas é diferente daquele vivido pelos negros. O Estado produziu mecanismos de controle distintos, sendo necessário reconhecer estes recortes e nomeá-los, com protagonismo dos povos indígenas e sob a égide do contexto histórico que reverbera na sociedade (Dutra & Mayorga, 2019).

Ainda há mais complicadores sendo explorados em pesquisa empíricas, como exemplo dos achados de Sena *et al.* (2011), ao encontrar eixos temáticos da violência, a constar: violência percebida, violência naturalizada, convivência por necessidade pessoal e convivência pela necessidade do outro. Esses entraves para sair de situações de violência são ainda mais frequentes em lares com um membro alcoólatra. O estudo de revisão de Tsapalas *et al.* (2021) revela o quanto a violência é exacerbada a partir de situações como o alcoolismo, mas pela própria interseccionalidade, para mulheres indígenas, transgêneros, minorias sexuais, pessoas grávidas etc.

Possíveis soluções residem na intersetorialidade das políticas públicas, sendo compreendida como uma interligação de agências e atores pertencentes a diferentes tipos de políticas. Pela lógica da intersetorialidade, as parcerias devem se dar com OSCs e com os próprios beneficiários das políticas sociais (Couto *et al.*, 2018).

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Caracterização do projeto social Elas na Web

O projeto 'Elas na Web' foi desenvolvido pela Associação Águia Morena de Redução de Danos, com o propósito de fortalecer lideranças femininas do movimento negro e indígena na região Centro-Oeste do Brasil. Com ações para capacitar essas mulheres para atuar no ambiente digital, as redes sociais foram escolhidas como ferramentas para educação e disseminação de informações e promoção das causas indígenas. Através de uma capacitação com videoaulas e redes de conversa, podem emergir assuntos como redução de danos, direitos de mulheres usuárias de drogas, atendimento e acolhimento a mulheres vítimas de violência, marketing digital para disseminação de produtos produzidos pelas mulheres, uso do meio digital como ferramenta de disseminação de cultura e conhecimento, entre outros temas que as participantes julgaram relevante abordar.

O projeto se justifica pela necessidade de capacitar as mulheres para que elas atuem de forma mais eficaz em suas comunidades, utilizando redes sociais para promover educação, justiça e visibilidade social. O uso do projeto como objeto de estudo para investigar as questões de pesquisa se justificam pelo alinhamento das lacunas de pesquisa e das respostas a essas

lacunas propostas pela equipe do projeto, buscando promover no espaço digital a emancipação, independência financeira e valorização cultural das mulheres.

3.2 Amostra e abrangência

O estudo foi realizado com mulheres negras e indígenas de quatro municípios da região Centro-Oeste brasileira: Barra do Garça (MT), Campo Grande (MS), Dourados (MS) e Goiânia (GO). A escolha dos municípios se deu pelos indicadores de violência acentuados nesses municípios e pela presença de comunidades indígenas. As mulheres participantes foram convidadas a partir da supervisão do projeto, formada por mulheres lideranças em suas comunidades e que identificaram outras mulheres líderes de suas comunidades, ou que já fazem algum trabalho em suas comunidades que remetam a posições de liderança. Ao todo, 40 mulheres participam da capacitação, incluindo as rodas de conversa, sendo 10 de cada município.

3.3 Obtenção de dados

A natureza dos dados é textual, remetendo a uma abordagem qualitativa. Contemplam os dados duas fontes: A transcrição de sete videoaulas do curso de capacitação e a transcrição de seis rodas de conversa com as mulheres participantes. A dinâmica do curso de capacitação se deu com a disponibilização de uma videoaula seguida de uma roda de conversa. Uma aula extra acabou emergindo a partir de ensinamentos das participantes e das formadoras do curso. O processo de obtenção dos dados é descrito a seguir em cinco etapas, conforme a Figura 1.

Figura 1: Etapas de obtenção dos dados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

- A partir da publicação das aulas e das rodas de conversa no YouTube, os dados foram baixados pelo aplicativo VDownloader e com autorização da equipe de coordenação do projeto.
 - Em seguida os vídeos passaram por conversão de vídeo (mp4) para áudio (wav) com uso do aplicativo FFmpeg. Cada aula gerou um arquivo, assim como as rodas de conversa, totalizando 7 aulas e 6 rodas, ou seja, 13 documentos. Ainda foi analisado o vídeo institucional de apresentação do projeto, totalizando 14 documentos.
- Transcrição com IA: Os documentos foram importados para o Whisper, uma ferramenta da OpenAI que executa transcrição de áudio com uso de inteligência artificial. É um sistema do tipo *Automatic Speech Recognition* – ASR (Chan, Park, Lee, Zhang, Le, & Norouzi, 2021).

c) . Dos 5 algoritmos disponibilizados pela OpenAI, o Whisper conta com cinco níveis de qualidade de transcrição, aumentando substancialmente o tempo de processamento de acordo com a qualidade desejada. O nível de qualidade três (*medium*) foi suficiente para gerar transcrições fidedignas.

d) Cada documento de transcrição foi auditado assistindo o vídeo e acompanhando o arquivo de texto gerado. Pequenos ajustes foram realizados, a partir de peculiaridades nos documentos: Cada documento inicia com um preambulo que se repete no início de cada vídeo, este foi retirado para não inflar a contagem de palavras. As músicas que são inseridas em alguns documentos também foram retiradas pelo mesmo motivo, por ter trechos que se repetem. As mudanças manuais representaram 0,5% do total de palavras dos documentos analisados.

Por fim, foram gerados 14 documentos na extensão .txt, sendo estas as fontes de dados para análise. Os dados foram preparados para análise seguindo 5 etapas de pré-processamento, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2: Pré-processamento dos dados para análise textual



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

a) Importação de dados: Os dados foram importados para o R-Studio para tratamento e posterior análise dos dados através da linguagem R. Os documentos foram importados em conjunto, permitindo o uso individual de cada documento, além de duas bases conjuntas: Aulas e rodas de conversa.

b) Limpeza: Os dados passaram por um processo de limpeza a partir de um dicionário em português do Brasil, disponibilizado pelo pacote LexiconPT (Gonzaga, 2017). Foram convertidas letras maiúsculas em minúsculas, caracteres especiais foram removidos, além de sinais de pontuação. Em seguida, foram retiradas palavras curtas de três letras ou menos, além de palavras que sozinhas não denotam sentido, as chamadas stopwords.

c) Tokenização: O penúltimo estágio se deu com o processo de tokenização a partir do formato tidytext abordado por Silge e Robinson (2017). Este processo mantém como instância de um objeto cada unidade básica de sentido, ou seja, a palavra. Esse processo permite analisar dados textuais com técnicas comumente adotadas em variáveis numéricas.

d) Lematização: Cada token passou pelo processo de lematização, com uso do pacote textstem (Rinker, 2018), mantendo a base de cada palavra, sem conjugação ou formas infladas da palavra. Este processo permite verificar contagem de palavras com maior fidedignidade.

e) TF-IDF: Os dados ganharam uma variável de contagem de cada palavra para avaliar características gerais de vocabulário. Estes procedimentos foram suportados pelo uso dos pacotes do tidyverse (Wickham, 2019) em conjunto com os pacotes utilizados anteriormente.

A partir dessas transformações, os dados ficaram prontos para análise.

3.4 Plano de análise

Os dados tokenizados e lematizados foram analisados em dois grupos: Um grupo para as aulas e outro grupo para as rodas de conversa. Os procedimentos adotados seguiram uma estratégia para responder as questões de pesquisa. Para responder a PQ1, foi adotada uma exploração dos dados textuais, avaliando a riqueza de vocabulário e contador de palavras total (TF-IDF) e por grupos gramaticais, como adjetivos, verbos e substantivos. A partir da identificação das palavras mais frequentes, o uso em sentenças completas foi explorado, além dos recursos da nuvem de palavras.

Para responder a PQ2, foi adotada uma categorização de sentimentos nas palavras, indo de negativo, neutro e positivo. Para responder a PQ3 foi adotado o algoritmo Latent Dirichlet Allocation – LDA. Está é uma técnica comum para modelagem de tópicos, operacionalizada a partir dos dados lematizados. Posteriormente, os tópicos encontrados foram cruzados com os sentimentos. A escolha da LDA se deve pela natureza dos dados, sendo documentos baseados em falas de diversos interlocutores, e pelo tamanho da base de dados, sendo documentos de transcrição que superam 10h de transmissão.

Essa estratégia de análise seguiu recomendações na literatura de mineração de texto por Silge e Robinson (2017), Kwartler (2017) e Jo (2019), além de ter espelhamento com as estratégias metodológicas de Haque, Dharmadasa, Sworna, Rajapakse e Ahmad (2022) e de Su e Kabala (2023). A escolha desse plano de análise se pauta em novas metodologias para captar informações de projetos sociais diretamente dos beneficiários enquanto as ações do projeto acontecem. Essa forma de obtenção de dados permite identificar com maior precisão os anseios, aspirações e preocupações das beneficiárias. Essa abordagem complementa as abordagens tradicionais de econometria, comumente adotadas para avaliar políticas públicas, e trazem o olhar aprofundado, próprio de abordagens qualitativas, proporcionando uma visão holística dos efeitos de intervenções e dando contexto a mensurações de impacto de políticas públicas. Com dados comportamentais obtidos no campo natural das ações, é possível minimizar os vieses de método e garantir protagonismo das beneficiárias como geradoras de evidências de suas próprias demandas.

4. Resultados

Os resultados foram divididos em três subseções, dedicadas cada uma a uma questão de pesquisa correspondente.

4.1 Explorando os dados textuais do Elas na Web

Em um primeiro momento, o vídeo de apresentação do projeto foi analisado separadamente dos demais, por não ser uma aula do curso, nem uma roda de conversa com tema base delimitado. No entanto, é um vídeo que denota as linhas gerais do projeto analisado e permite avaliar de forma exploratória se as intenções do projeto se alinham aos aspectos investigados nesta pesquisa.

Em 11 minutos, a equipe do projeto aborda a importância da representatividade e do empoderamento das mulheres, especialmente indígenas e quilombolas, na luta contra a violência, o uso de álcool e drogas, e a exclusão social. As participantes destacam a necessidade de dar voz às mulheres, combater as desigualdades e fortalecer as redes de proteção. Projetos como ‘Elas na Web’ são mencionados como ferramentas essenciais para capacitar e informar

também influencia a contagem de palavras distintas. As palavras foram divididas em classes gramaticais, sendo utilizados adjetivos, verbos e substantivos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Palavras mais recorrentes associadas as rodas de conversa e as aulas

Frequência de palavras associadas as rodas de conversa		Frequência de palavras associadas as aulas	
Falar (verb)	53	Falar (verb)	40
Querer (verb)	44	Fazer (verb)	40
Conseguir (verb)	32	Poder (verb)	36
Homem (subs)	19	Homem (subs)	24
Grande (adj)	14	Pessoa (subs)	14
Indígena (subs)	12	Público (subs)	12
Território (subs)	12	Grande (adj)	12
Social (adj)	10	Social (adj)	11
Novo (adj)	9	Digital (adj)	7

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Tanto nas rodas de conversa como nas aulas, a palavra falar se sobressaiu como aquela de maior frequência. Este verbo foi utilizado em algumas sentenças apenas para passar a palavra de uma interlocutora para outra nas rodas de conversa. Mas ainda assim, teve uma diversidade de usos relacionados a vontade e necessidade de ter voz na sociedade. O querer e conseguir expressam ideias semelhantes de desejos e aspirações, a níveis individual e coletivo. Nas aulas, o mesmo sentido foi empregado, contudo, utilizando palavras que chamam para ação, como fazer e poder.

A palavra homem é o substantivo mais utilizado em ambas as fontes de dados. Nas aulas, homem é uma palavra empregada para tratar das dificuldades vivenciadas por mulheres e para falar sobre redução de danos. Nas rodas de conversa, há sentenças mais negativas, para tratar de temas como violência doméstica, abuso de álcool e drogas e dificuldades para denunciar. No entanto, há relatos positivos das mulheres, normalmente tratando de seus parceiros atuais.

Além do uso de palavras já esperadas no contexto do projeto, como público, território e social, destaca-se o uso do adjetivo “novo”, empregado em nove sentenças com conotações diversas, desde a empolgação com a chegada de novas gerações nas causas sociais, do uso de ferramentas digitais, até a o receio com novos desafios e com mudanças sociais. Esses exemplos mostram como o novo é utilizado para descrever uma variedade de contextos que envolvem mudança, progresso, e a busca por melhores condições e soluções nas comunidades.

Retomando a questão de pesquisa 1, o projeto enfatiza a inclusão digital na formação de mulheres indígenas, especialmente em comunidades marginalizadas, como dito neste trecho: “Pensar em formação né? Levar a formação para nossos parentes em aldeias longínquas”. Esta estratégia de aumentar a capilaridade geográfica das políticas públicas se alinha com políticas praticadas (Tojal et al., 2017). A formação para o ambiente digital ainda é incipiente para mulheres indígenas, mas encontra consonância com práticas feministas e de empoderamento da mulher (Fonseca, & Cardoso, 2018). A violência contra a mulher também se alinha as diretrizes da Lei Maria da Penha, dando foco na proteção e no combate a violência, incluindo programas específicos para mulheres indígenas e outras minorias (Cavalcanti, & Oliveira, 2019). Este trecho exemplifica o desafio de denunciar uma violência: “Às vezes a mulher ali quer falar, quer se abrir, quer denunciar, mas vê a família ameaçando”.

Outros temas também foram abordados em aulas e nas rodas de conversa, como a saúde mental e apoio psicológico, no contexto da atenção a saúde, assim como foi destacado em trabalhos que relatam a humanização de serviços de saúde da mulher (Carvalho, & Bertolin, 2016); e outro tema recorrente foi a preservação da cultura e identidade indígena, assim como refletido neste trecho: “A gente sempre fez, a gente sempre cuidou, a gente não quer que os nossos movam. Mas o imaginário coletivo é vendido, animais enlouquecidos, que o Estado

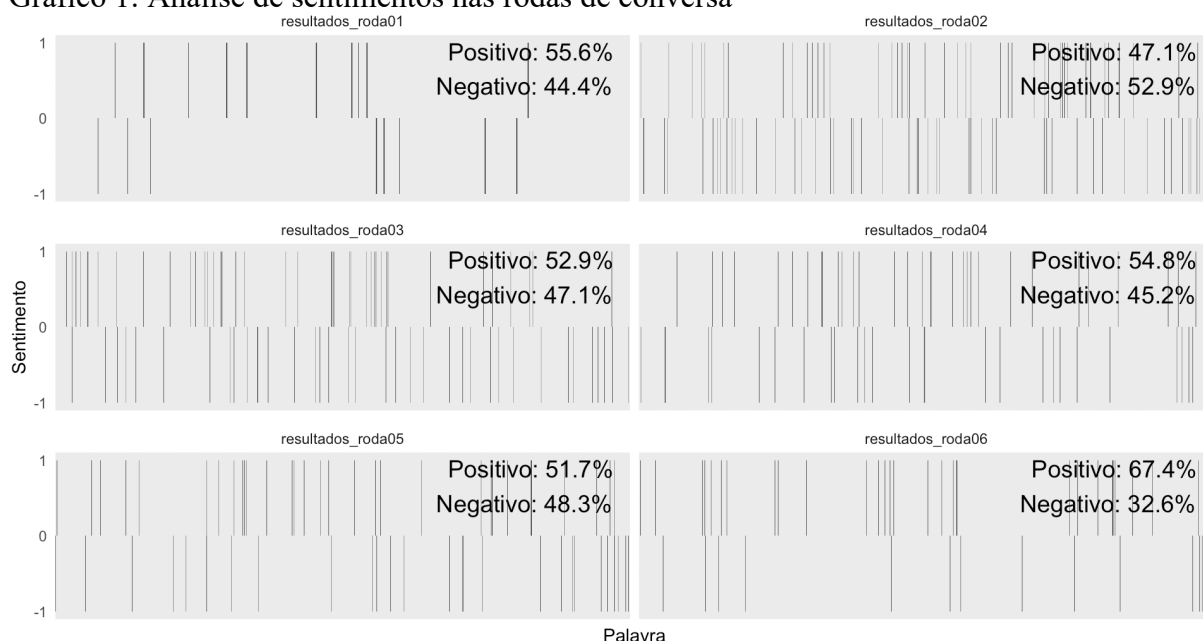
precisa entrar para coibir”. Este último relato diz respeito as políticas para assegurar os direitos fundamentais das comunidades indígenas. Neste arcabouço estão o acesso a direitos fundamentais, como segurança, saúde e educação (Faustino *et al.*, 2020).

Em síntese, os discursos captados das aulas e das rodas de conversa convergem com políticas públicas estudadas na literatura, tanto para mulheres de forma geral, como para questões específicas das mulheres indígenas. Ainda é novidade, tanto para as participantes, como para a literatura do tema, a inclusão digital, inserção nas redes sociais e o potencial que o ambiente digital tem para impulsionar visibilidade e empoderamento.

4.2 Análise de sentimentos das rodas de conversa

A análise que segue pretendeu compreender os sentimentos que prevalecem nas ações do projeto, especificamente nas rodas de conversa, espaço onde as participantes podem participar livremente, permitindo que assuntos que extrapolam os temas das aulas sejam bem acolhidos e discutidos pela rede de mulheres. Os sentimentos foram captados nas palavras lematizadas a partir de um dicionário de sentimentos em português do Brasil e com base em sentimentos de sentenças completas, permitindo avaliar como as palavras foram utilizadas no contexto dos discursos. Os resultados foram obtidos primeiramente ignorando sentimentos neutros, e comparando os sentimentos positivos e negativos em cada roda de conversa. Este conjunto de resultados é apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Análise de sentimentos nas rodas de conversa



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

De acordo com o gráfico, as rodas de conversa tiveram equilíbrio entre sentimentos negativos e positivos. Com exceção da última roda de conversa, que teve prevalência de palavras lematizadas positivas (67,4%). Esses resultados podem ser explicados pelos temas das cinco primeiras aulas, focados em discutir temas difíceis, como a garantia de acesso e atendimento das mulheres vítimas de violência, usuárias de substâncias psicoativas e/ou vivem em contextos de exclusão social. A ampliação e acesso das redes de serviços as mulheres foram foco das aulas quatro e cinco. Já a sexta aula e a aula extra deram foco a conteúdos instrumentais do uso das redes sociais e na inclusão digital de mulheres indígenas, discutindo os desafios para promover o trabalho em rede usando as mídias digitais e o marketing social.

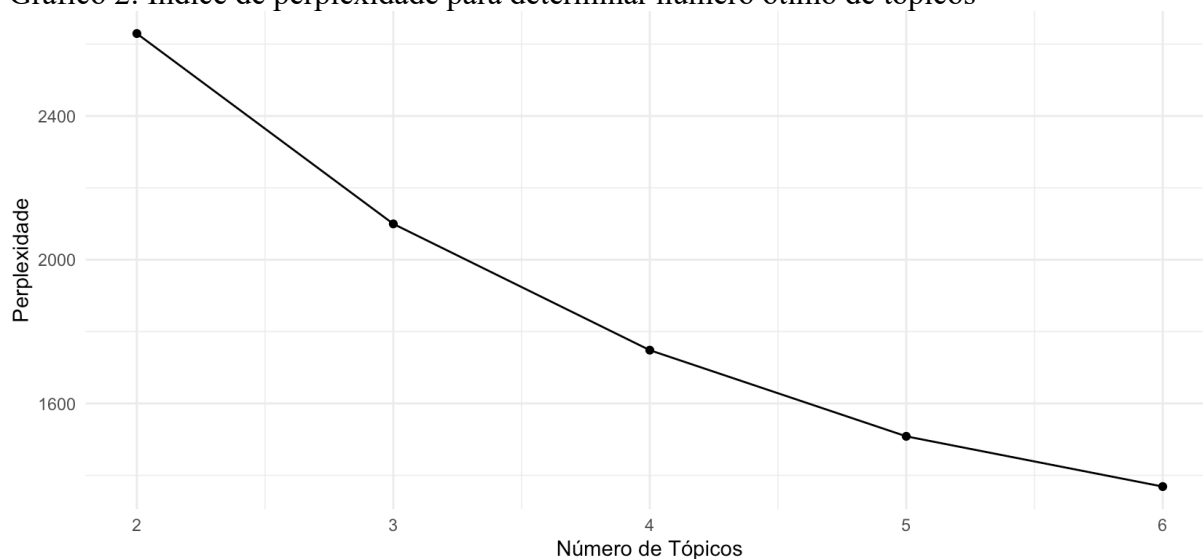
Traçando um paralelo com os estudos anteriores, o ciberativismo feminino explica os anseios das mulheres indígenas de estarem presentes nas redes sociais, pois enfatizam diversos benefícios, como o desenvolvimento de capacidade autorreflexiva e transformação na subjetividade das pessoas, que também se reflete no convívio familiar e social. Fonseca e Cardoso (2018) enfatizam que a presença digital ajuda a ultrapassar obstáculos vivenciados pelas mulheres, permite um exercício mais eficaz na luta por direitos, por garantias de saúde e de qualidade de vida. A presença nas redes sociais também implica visibilidade e exercício de memória de ações sociais, sendo um aliado na busca pela intersectorialidade, ou seja, na superação de políticas fragmentadas (Grossi *et al.*, 2012).

4.3 Modelagem de tópicos

Os resultados exploratórios sugerem que as ações do projeto permitiram que as participantes revelassem anseios, desafios e vislumbres formas e modelos de políticas sociais voltadas para seus pares. Diante dos assuntos tratados nas aulas, foi utilizado o algoritmo LDA para extrair padrões em tópicos cuja representatividade se dá pela frequência em que foi abordado. O LDA foi utilizado nas duas fontes de dados: As aulas e as rodas de conversa.

Em um primeiro momento, a análise de perplexidade foi conduzida para determinar o número de tópicos ideal para a base formada pelas transcrições das seis rodas de conversa. A análise de perplexidade foi configurada para ter entre 2 e 10 assuntos. Os resultados mostrados no Gráfico 2 revelam as medidas de perplexidade no intervalo ótimo de tópicos a extrair com a LDA.

Gráfico 2: Índice de perplexidade para determinar número ótimo de tópicos



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A interpretação do gráfico normalmente se dá pela procura do cotovelo da curva. Como não há um cotovelo proeminente, foi testado o modelo LDA com soluções de três a cinco tópicos. Todas as soluções convergiram, mas a solução com quatro tópicos trouxe evidências mais úteis para discussão da terceira questão de pesquisa. As palavras mais representativas de cada tópico emergem a partir de um processo iterativo, que calcula a probabilidade de uma palavra estar presente em um tópico. Uma medida de plausibilidade do tópico extraído, a denominada coerência, também foi utilizada para comparar as soluções com k tópicos. A coerência é um indicador gerado para tópico, representando a probabilidade das palavras de

fazerem parte do tópico. Além disso, também foram calculadas as probabilidades de aderência de cada documento avaliado pelos tópicos.

As saídas combinam resultados dessa probabilidade com a frequência das palavras. A medida das palavras com maior probabilidade é chamada de HIGHEST, seguida das palavras mais frequentes e exclusivas do tópico (FREX). A medida LIFT se refere as palavras exclusivas com frequência menor, e a medida que combina FREX e Lift é denominada de score. Dessa forma, são apresentadas em resumo apenas as medidas HIGHEST e score. Estes e os demais resultados da LDA são apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2 – LDA com as rodas de conversa

Tópicos	Palavras HIGHEST	Palavras Score
Tópico 1	Dificuldade, Violência, Abraço	Aprendizado, Abusada, Trocas
Tópico 2	Celular, Movimento, Pandemia	Compartilhar, Comunicação, Descobrir
Tópico 3	Aprender, Explicar, Denúncia	Acolhida, Acionar, Estratégia
Tópico 4	Cultura, Família, Corpo	Bater, Abandonar, Pedir

Documentos	Probabilidade no tópico	Tópico
Roda de conversa 1	0,999	Tópico 1
Roda de conversa 2	1,000	Tópico 4
Roda de conversa 3	1,000	Tópico 2
Roda de conversa 4	1,000	Tópico 3
Roda de conversa 5	1,000	Tópico 4
Roda de conversa 6	1,000	Tópico 2

Índices: Perplexidade (1748,25); Coerência: Top. 1 (0,16), Top. 2 (0,5), Top. 3 (0,5) e Top. 4 (0,5).

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ao avaliar as palavras obtidas na LDA para cada tópico e investigando sentenças completas para trazer o contexto das palavras, foi delimitado um título e perfil para cada tópico extraído. O tópico 1 pode ser nomeado como Abordagem de dificuldades e possíveis soluções: Neste tópico, são enfatizados os esforços para buscar soluções conjuntas e compartilhadas, frente as dificuldades relatadas pelas participantes. O fortalecimento das relações e apoio mútuo em tempos difíceis foi repetido por várias participantes. O documento com maior aderência a este tópico foi a primeira roda de conversa. O tema central da aula que gerou a primeira roda dava foco no combate a violência contra a mulher. Na roda de conversa, as participantes ansiavam contar suas histórias de dificuldades e pensar em soluções.

O tópico 2 pode ser intitulado como o tópico da comunicação e da inclusão digital. A sexta roda de conversa encabeça este tópico, sendo derivada da aula sobre inserção nas redes sociais e conteúdos de marketing digital. A terceira roda também representa este tópico, porém, com enfoque na importância da comunicação e de dar visibilidade as causas das mulheres. A agenda deste tópico discute os novos meios de comunicação, o fortalecimento de redes comunitárias, a superação de desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e em como utilizar os meios digitais para fortalecer movimentos femininos.

O tópico 3 foi denominado de prevenção e apoio contra a violência, sendo representado pela quarta roda de conversa. A predominância se deu pela similaridade do tópico com a aula que gera esta roda de conversa. De forma mais madura e próxima do vocabulário técnico adotado nas aulas, as participantes discutiram estratégias de prevenção e acolhimento de vítimas de violência, em como criar um ambiente seguro e de suporte para as mulheres, além das estratégias para promover conscientização.

O tópico 4 aborda o empoderamento feminino e inclusão social. Sendo majoritariamente representado pelas segunda e quinta roda de conversa. Os temas das aulas de certa forma têm este tópico permeando as discussões. Porém, diferentes aspectos e enfoques são dados, gerando sentenças que vão interligando assuntos satélites, como a valorização da cultura indígena, a

presença de mulheres em espaços de decisão, a autonomia financeira, e as demandas que podem ser atendidas via apoio governamental.

Os tópicos gerados nutrem forte semelhança com questões vivenciadas por mulheres pretas e quilombolas, cujas vozes também protagonizam os discursos nas rodas de conversa. Há também um padrão que extrapola questões particulares no Brasil, encontra similaridades com outros países, como investigado na Nigéria por Balogun e John-Akinola (2015). São notórios também os anseios para existência e fortalecimento de grupos de mulheres. Este ensejo permeia os quatro tópicos e se vincula a estratégia da formação de redes, como apresentado por Grossi *et al.* (2012) ao enfatizar que redes constituem um desenho organizacional que promove uma política de emancipação.

O algoritmo LDA também foi utilizado com a transcrição das aulas. Ainda que as aulas sejam vídeos editados, com tema único e em um espaço mais controlado, essa análise incremental foi adotada para identificar possíveis tópicos que possam ter sido abordados nas aulas, mas pouco explorados nas rodas de conversa e vice-versa. O modelo LDA convergiu em três tópicos, a partir da medida de perplexidade. As aulas 1, 3 e 4 integram o primeiro tópico, tendo foco na capacitação sobre violência e redes de proteção. As aulas 2 e 5 integram o segundo tópico. Ainda que mantenham o eixo central do combate a violência contra a mulher, os enfoques dados pelas mulheres instrutoras, que discutiram sobre formas de empoderamento e inclusão social a partir da formação de redes e da presença no ambiente digital. Este tópico se espelha no quarto tópico da LDA das rodas de conversa. As aulas 6 e 7 se debruçaram sobre os aspectos instrumentais da comunicação digital, e por isso, ambas integram o terceiro tópico da LDA. Os resultados detalhados foram semelhantes aos obtidos com as rodas de conversa, e por isso omitidos por não agregarem evidências além das apresentadas.

4.4 Demandas e proposições de políticas para mulheres indígenas

Os resultados compilados indicam que o projeto “Elas na Web” promoveu ações que fomentam debates, relatos e grupos de trabalho que dialogam sobre a realidade de mulheres e especificamente de mulheres indígenas. Ao comparar os temas abordados no vídeo de apresentação do projeto com as análises subsequentes, percebe-se que o arcabouço de atuação foi extrapolado pelas participantes, que trouxeram complexidade aos temas propostos e novas ramificações discutidas pelas participantes. Enquanto no início do projeto, o foco se resumia em empoderamento e proteção das mulheres, as demandas das mulheres revelaram aspectos culturais, de segurança pública, saúde, educação, pautas feministas, gestão em rede e intersetorial, além de proposições diretas sobre novos desenhos de políticas públicas voltados para mulheres em geral e as políticas específicas para mulheres indígenas.

Os apontamento e diretrizes foram elencados a partir de possíveis caminhos que emergiram das rodas de conversa e contemplam a perspectiva das protagonistas e beneficiárias das políticas de enfrentamento a violência contra a mulher e das políticas voltadas para mulheres indígenas:

- **Inclusão digital e comunicação:** Para inserção nas redes sociais, é importante que as comunidades indígenas tenham acesso a dispositivos tecnológicos e acesso a Internet de alta qualidade. Políticas voltadas para este aspecto remetem a superação de barreiras geográficas através do espaço digital, tem vinculação com educação, para promover capacitações em larga escala e nutre relação com questões emancipatórias das mulheres e sobre aumento de visibilidade dos povos indígenas.
- **Redes de proteção a mulheres vítimas de violência:** Para garantir melhores resultados de redes de proteção feminina, com foco em áreas longínquas, as mulheres indicaram a criação de um amplo sistema de apoio e denúncia, que garanta o anonimato, com profissionais treinados e articulados com serviços jurídicos e de saúde. As participantes também indicaram a promoção de eventos e campanhas educativas dentro das comunidades indígenas, sobre formas de

prevenção da violência e sobre direitos das mulheres, de forma geral. Esta indicação, inclusive, foi dada a partir de relatos de suicídio de mulheres que estavam sofrendo violência doméstica.

- Empoderamento: A principal educação para fomentar o empoderamento foi o incentivo para mulheres buscarem posições de poder nas esferas da sociedade. Esse incentivo pode vir através de capacitação, apoio contínuo, políticas de equidade em espaços de poder etc. Outra indicação foi o fortalecimento das redes de apoio, criando e mantendo redes de suporte locais interligadas com redes regionais e nacionais, promovendo encontros e trocas de experiências. Em um dado momento, uma participante decidiu montar um podcast para falar do cotidiano da mulher indígena da região do Centro-Oeste.

- Saúde da mulher: Além da demanda por maior investimento para o sistema único e treinamento adequado para profissionais de saúde, as demandas das mulheres envolvem a integração da medicina tradicional indígena com a medicina ocidental, permitindo oferecer cuidados de saúde abrangentes e culturalmente apropriados. Essa indicação veio com falas empolgantes sobre as mulheres indígenas experimentarem o uso de novas tecnologias, aproveitando facilidades das tecnologias não indígenas, sem que isso represente perda da tradição. Em momentos esparsos ao longo das seis rodas de conversa, a questão psicológica foi levantada nos diálogos, demandando a implementação de programas de apoio psicológico especializado nas necessidades de mulheres indígenas.

- Aspectos culturais: As demandas culturais sugeridas extrapolam as questões relacionadas a mulher, mas são muito valorizadas pelas participantes. As sugestões indicam o financiamento de projetos que promovam preservação cultural, incluindo práticas dos povos indígenas. Ainda sugerem alteração nos currículos escolares para incluir a cultura e história dos povos indígenas. Elas reconheceram os avanços na representação dos povos indígenas, mas a história ainda é contada de forma incipiente.

- Aspectos de gestão das políticas: Ao longo das rodas de conversa, as mulheres enfatizaram a necessidade de promover políticas pautadas em dados, a partir de pesquisa que busquem entender as necessidades e desafios enfrentados pelas mulheres. Além disso, acreditam em parcerias estratégicas com OSCs, universidades e instituições internacionais, com participação ativa do poder público.

As proposições apontadas têm como aspecto mais recente a inserção de mulheres no espaço digital, assim como aponta Fonseca e Cardoso (2018), ao caracterizar redes sociais como espaços de militância, transfigurando-se nas antigas ruas e seus panfletos e cartazes passam a ser os posts, os vídeos curtos e os podcasts. Essas proposições se alinham com a ideia de militância globalizada, capazes de alterar traços sociais e construir novas opiniões. As redes sociais também são espaços de diálogo, que permite as mulheres de se expressarem e de perceber assimetrias do mundo privado e da família (Costa & Lopes, 2012). O espaço digital permite formar vínculos de convivência, apoiar causas e desfragmentar demandas (Fonseca, & Cardoso, 2018).

As sugestões dadas são desafiadoras, pois vários problemas ligados a promoção de políticas públicas representam barreiras para estas sugestões, como por exemplo a dificuldade em formar redes para facilitar ações e talvez o maior desafio seja a formulação de propostas intersetoriais (Couto *et al.* 2018). A falta de treinamento dos profissionais que atendem as populações indígenas também representa desafios, principalmente quando há agravantes como o alcoolismo em situações de violência doméstica (Sena *et al.*, 2011).

Os apontamentos indicados pelas mulheres guardam características que permitem compreender onde o Estado falha. Para os serviços que são oferecidos, os discursos levam a concluir que há uma carência de medidas preventivas, de acolhimento de ordem jurídica, de condições mínimas de funcionamento, tanto em infraestrutura como em profissionais capacitados (Tojal *et al.*, 2017). Outro ponto que revela falha é a presença tímida de mulheres em posições de liderança, como apontado por Faustino *et al.* (2020). Por fim, as mulheres

indígenas clamam por acesso a meios técnicos e financeiros para gerar renda. Normalmente, a independência financeira significa a saída de uma situação de violência (Dutra & Mayorga, 2019).

5 Considerações finais

Este estudo se propôs a analisar ações de um projeto social a partir de ferramentas de mineração de texto e uso do texto como dado. Com o auxílio de ferramentas de IA para transcrição das ações gravadas do projeto avaliado, os documentos obtidos foram processados e analisados no formato tidy, operacionalizado através da linguagem R, no R-Studio e sob as práticas de análise de dados com os pacotes do tidyverse. Foram adotados procedimentos exploratórios como contagem de palavras por classes gramaticais e análise de sentimentos, para em seguida identificar tópicos com uso do modelo LDA, sendo uma técnica de aprendizagem de máquina não supervisionada, que busca encontrar tópicos em um conjunto de documentos.

Os assuntos proeminentes nas ações de conteúdo e debate do projeto foram comparados com estudos empíricos sobre políticas públicas adotadas no contexto brasileiro para mulheres, buscando encontrar similaridades e temas emergentes, a partir dos ensinamentos e demandas das protagonistas e beneficiárias de políticas públicas voltadas para mulheres e com ações específicas para mulheres indígenas. De forma geral, as questões de pesquisa tiveram respostas esclarecedoras, a partir da estratégia metodológica adotada.

O estudo contribui para fomentar a premissa de participação das beneficiárias a concepção de políticas públicas, traz evidências dos benefícios da formação de redes para o empoderamento e autoestima, traz soluções de como o ciberespaço pode ser utilizado como potencializador de políticas públicas para mulheres. Em suma, a combinação de abordagens inovadoras de avaliação e uma compreensão profunda dos contextos específicos das comunidades beneficiárias é crucial para a formulação de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis. O estudo do projeto "Elas na Web" representa um passo significativo nessa direção, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que não apenas atendem às necessidades imediatas, mas também promovem a emancipação e valorização a longo prazo das mulheres indígenas no Brasil.

Algumas limitações se mostraram durante a pesquisa. Por envolver temas sensíveis, como violência contra a mulher, buscamos garantir a confidencialidade das participantes, limitando o uso de trechos literais para exemplificar os achados. Outro aspecto reside na forma de obtenção dos dados. Por ser configurado em rodas de conversa tendo apenas um tema norteador, outros assuntos que fogem as questões de pesquisa poderiam emergir e foi decidido não excluir nenhum trecho, para evitar um possível viés de pesquisador. É importante salientar a escolha de uma reunião livre em detrimento de um grupo focal, teve a vantagem de promover um espaço de acolhimento mais propício para tratar de temas sensíveis.

Pesquisas futuras podem estudar novos designs de pesquisa para acompanhar o processo emancipatório e de empoderamento das mulheres. Também é sugerido estudar a dinâmicas das redes de mulheres, com contextos baseados nas interseccionalidades. Estudos como o de Couto *et al.* (2018) também se mostra importante para revisar e avaliar as políticas que estão sendo implementadas, através de análise documental, diversificação no uso de técnicas de análise textual com recursos computacionais e pesquisas interligadas com atividades de extensão, para obter evidências *in loco*.

Referências

Balogun, M., & John-Akinola, Y. (2015). A Qualitative Study of Intimate Partner Violence Among Women in Nigeria. *Journal of Interpersonal Violence*. <https://doi.org/10.1177/0886260514553112>

- Carvalho, G. B. V. De, & Bertolin, P. T. M. (2016). Perspectivas para a humanização e ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência: a casa da mulher brasileira. *Interfaces Científicas*. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2016V5N1P71-82>
- Cavalcanti, E. C. T., & Oliveira, R. C. De. (2019). Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*. <https://doi.org/10.24219/RPI.V2I2.194>
- Chan, W., Park, D., Lee, C., Zhang, Y., Le, Q., & Norouzi, M. (2021). *SpeechStew*: Simply mix all available speech recognition data to train one large neural network. arXiv preprint arXiv:2104.02133, 2021.
- Costa, M. D. D., & Lopes, M. (2012). [Elements of comprehensiveness in the professional health practices provided to rural women victims of violence]. *Revista da Escola de Enfermagem da U S P*. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000500008>
- Couto, V. A., Rocha, R. L. S., Ribeiro, L. M. L., & Silveira, A. M. (2018). Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018V26N245859>
- Dutra, J. C. De O., & Mayorga, C. (2019). Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política I. *Psicologia: Ciência e Profissão*. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>
- Faustino, R. C., Novak, M. S. J., & Rodrigues, I. C. (2020). O acesso de mulheres indígenas à universidade: Trajetórias de lutas, estudos e conquistas. *Tempo e Argumento*. <https://doi.org/10.5965/2175180312292020E0103>
- Fonseca, I. I. A., & Cardoso, F. Da S. (2018). Ciberativismo, empoderamento feminino e novas dinâmicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. *Redes*. <https://doi.org/10.18316/REDES.V6I1.4256>
- Gonzaga S (2017). *lexiconPT*: Lexicons for Portuguese Text Analysis. R package version 0.1.0, <<https://CRAN.R-project.org/package=lexiconPT>>.
- Grossi, P. K., Pedersen, J. R., Vincensi, J. G., & Almeida, S. (2012). *Prevenção da violência contra mulheres: Desafios na articulação de uma rede intersetorial*. <https://doi.org/10.5565/REV/ATHENEAD/V12N3.1112>
- Haque, M., Dharmadasa, I., Sworna, Z., Rajapakse, R., & Ahmad, H. (2022). I think this is the most disruptive technology. Exploring sentiments of ChatGPT early adopters using Twitter data. arXiv preprint arxiv: 2212-05856v1.
- Jo, Taeho. (2019). *Text Mining: Concepts, implementation, and big data challenge*. Warsaw: Springer.
- Kwartler, T. (2017). *Text mining in practice with R*. West Sussex: John Wiley & Sons.
- Rinker, T. W. (2018). *textstem*: Tools for stemming and lemmatizing text version 0.1.4. Buffalo, New York. <http://github.com/trinker/textstem>
- Santo, J. D. L. B., & Santos, C. V. M. Dos. (2020). *Considerações sobre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*. <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2020.40.139-148>
- Scott, P., Nascimento, F. S., Cordeiro, R., & Nanes, G. (2016). *Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco*. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016V24N3P851>
- Sena, E., Boery, R. N. S. De O., Carvalho, P. A. L. De, Reis, H. F. T., & Marques, A. M. N. (2011). *Alcoolismo no contexto familiar: Um olhar fenomenológico*. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072011000200013>
- Silge, J., & Robinson, D. (2017). *Text mining with R: A tidy approach*. Sebastopol: O'Reilly.
- Su, Y., & Kabala, Z. J. (2023). Public Perception of ChatGPT and Transfer Learning for Tweets Sentiment Analysis Using Wolfram Mathematica. *Data*, 8(12), 180.

- Tojal, A. L. S., Silva, Q. M. F. Da, Almeida, A. C. M. De S., & Roza, T. F. S. De M. (2017). *Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: Situação dos serviços especializados no município de Maceió*. <https://doi.org/10.14210/RBTS.V3N2.P13-22>
- Tsapalas, D., Parker, M., Ferrer, L., & Bernaldes, M. (2019). Gender-based violence, perspectives in latin america and the caribbean. *Hispanic Health Care International*. 19(1), 23-37. DOI: 10.1177/1540415320924768
- Wickham H., et al. (2019). Welcome to the tidyverse. *Journal of Open Source Software*. 4(43), 1686. doi:10.21105/joss.01686 <<https://doi.org/10.21105/joss.01686>>.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo. SciELO Preprints -

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.